

# A performance humana e das plantas na ecologia do café

Kidauane Regina Alves  
Marina Souza Lobo Guzzo

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

## Resumo

O artigo tem como objetivo aproximar a performance entre humanos e plantas, a partir da ecologia do café, compreendendo que mundos são constituídos por relações multiespecíficas (HARAWAY, 2016). A aproximação se dará no texto em uma perspectiva histórica e artística, entre referências textuais e imagéticas, com trânsito entre saberes interdisciplinares. Na primeira parte do texto, discorreremos sobre a história do plantio do café, de suas práticas e contexto político racializante no Brasil, com o objetivo de apresentar a complexa relação entre as pessoas e a planta do café. Na segunda parte, seguimos com algumas contribuições de artistas brasileiros e portugueses que se apresentam ou partem do café como suporte e base de trabalho. Finalizamos o texto com uma discussão sobre a relação entre humanos e plantas, reconhecendo formas de exploração comuns sobre a sociedade e a natureza, e concluímos que a importância da arte e dos artistas está na produção de conhecimento e elaboração sobre o real, podendo ampliar discussões interdisciplinares sobre temáticas e problemas tão complexos.

**Palavras-chave:** arte, ecologia, relações multiespécies.

## 1. Introdução

A ecologia do café aborda o processo de plantio, crescimento, produção e exportação de um produto que é uma das bases econômicas, culturais e políticas da construção do mundo moderno. Uma planta, que em torno de seu fruto, (re)construiu não só a paisagem de diversas cidades brasileiras como fomentou o hábito de consumo de países europeus, impulsionando o ritmo de atenção, de alimentação e degustação. O café performou e estabeleceu um mecanismo importante de estarmos no mundo – um mundo que se fez a partir da exploração de determinados corpos, florestas e materialidades.

Esse artigo tem como objetivo aproximar a performance entre humanos e plantas, a partir da ecologia do café, compreendendo que mundos são constituídos por relações

multiespecíficas (HARAWAY, 2016). A aproximação se dará no texto em uma perspectiva histórica e artística, entre referências textuais e imagéticas, com trânsito entre saberes interdisciplinares. Na primeira parte do texto, discorreremos sobre a história do plantio do café, de suas práticas e contexto político racializante no Brasil, com o objetivo de apresentar a complexa relação entre as pessoas e a planta do café. Na segunda parte, seguimos com algumas contribuições de artistas brasileiros e portugueses que se apresentam ou partem do café como suporte e base de trabalho.

Para um início reflexivo sobre as performances entre humano e natureza que constituem e explicam nosso presente, Emanuelle Coccia (2020) nos convida a pensar o mundo a partir do “ponto de vida” das plantas. Assim, nos atentamos às composições com a vida vegetal, a vida para além do humano. Reconstruímos a história da planta do café à medida que correlacionamos seu desenvolvimento com os corpos dos trabalhadores envolvidos na materialização da urbanização e capitalização da vida e da natureza, em específico com os grãos e com as plantas.

O autor afirma que “todo vivente é ao mesmo tempo origem de seu mundo e mundo de um outro vivente” (COCCIA, 2020, p. 11), ou seja, uma noção de ecologia é necessariamente interdependente, produzimos e somos produzidas pela vida vegetal. Contudo, esta interdependência tem como fundamento as plantas como as jardineiras do mundo, e nós, produtos de sua agricultura (COCCIA, 2020). Para concluir que somos produtos da agricultura das plantas, o escritor se debruçou sobre a noção de racionalidade<sup>1</sup>.

Coccia (2020) nos traz a semente como um paradigma que se opõe à racionalidade ocidental (separação de corpo e mente). O ocidente não corporifica a razão, já a semente não se opõe a um corpo, mas se corporifica ao realizar-se no mundo. A semente “é antes a forma imanente que define e torna possível seu desenvolvimento” (COCCIA, 2020, p. 16). Ou seja, no fazer natural da semente à planta, não há uma razão metafísica, mas sim, uma imanência constitutiva. A virada vegetal do autor é uma virada epistêmica, em que a filosofia e o mundo vegetal se imbricam porque são compositores um do outro. Ao fundamentar a razão e desconstruí-la com o que o saber dos grãos e sementes construíram, a consciência<sup>2</sup> é pautada como um modo de conceber o externo à medida que o interioriza e possibilita tomadas de decisão sobre o espaço e sobre o futuro.

Uma virada vegetal também significa uma outra postura humana frente às relações que temos com o meio ambiente, com o todo, com a construção de uma nova consciência não

---

<sup>1</sup> O autor explica que “a racionalidade do mundo não pode e não deve ser pensada em termos de consciência, mas como algo que anima de dentro toda porção da matéria” (COCCIA, 2020, p. 17).

<sup>2</sup> “A consciência é um instrumento de interiorização do mundo: ela miniaturiza, por assim dizer, o que se passa no exterior, visando controlar, permitir uma decisão, uma tomada de poder sobre o espaço, mas sobretudo sobre o futuro”. (COCCIA, 2020, p. 24).

mais orientada pela cultura capitalista. É uma crítica ao progresso ocidental que hierarquizou a vida interespecífica e vem degradando todas as vidas desde então. A reflexão se estende ao definir que as plantas, porque imanentes ao seu processo de existência, coincidem a visão de si e a visão do seu mundo a partir de uma consciência vegetal. A partir dessa noção, é urgente a formação de outra consciência, de uma não-razão ocidental, de alargar as possibilidades de mundo porque este, ao seu modo, está se esgotando.

A razão ocidental conduziu a ação humana nos últimos séculos através do trabalho explorado. Os modos de trabalho pré-capitalistas sofreram transformações a partir da racionalidade ocidental europeia, à medida que a natureza era também explorada. Com o desenvolvimento da razão ocidental imanentemente capitalista, um novo metabolismo ganhava forma, um metabolismo que rompeu com a relação de necessidade com a natureza, instaurando uma relação de exploração. O café, seu grão e sua ecologia fazem parte disso, tanto quanto as pessoas e as materialidades envolvidas no processo até seu consumo.

A colonização invade as terras do sul com noções civilizatórias que rompem com as consciências e modos produtivos que aqui habitavam. A globalização é uma expansão de um modo de consciência humano-ocidental, não-vegetal. É esta consciência ocidental que funda o iluminismo, realiza uma travessia oceânica até ancorar no, então, Brasil.

O iluminismo europeu foi o marco histórico da promessa de progresso a partir da negação do sistema feudal referenciado nos desígnios espirituais. A filosofia de progresso que ganha forma com os filósofos iluministas passa a sistematizar o conhecimento de modo humano-centrado, em que o homem se torna a medida de todas as coisas, acompanhando as transformações capitalistas que findaram as normas feudais da sociedade europeia.

A escravidão foi o modo com que o acúmulo das riquezas proporcionou as dominações colonialistas, dando base ao iluminismo e ao progresso. O grão do café na história da exportação das riquezas do Brasil colônia desempenhou e performou uma potência que a ação humana se apropriou para que movesse forças econômicas, culturais e políticas do país e do mundo através do café.

Portanto, iremos tratar neste artigo de alguns aspectos dessa performatividade, principalmente a partir do corpo do trabalhador em sua relação com o café para pensar que tanto as plantas cultivadas quanto os trabalhadores performaram dentro da construção de um ideal moderno, que por fim, se torna ruína em territórios brasileiros e latino-americanos.

Retomamos a história do café por ser mais uma história colonial reprimida e não tratada, como denuncia Grada Kilomba (2019). O progresso no contexto brasileiro é fundamentado na ilusão civilizatória de desenvolvimento social e econômico forjado pela colonização. O que se vê cumprir no decorrer da história é o oposto: a aniquilação de modos produtivos e identidades não-brancas nos presentifica em um limbo social. O aprofundamento da pobreza

e a crise humanitária consolidada com o coronavírus no Brasil, escancara o avanço do processo civilizatório devastador contemporâneo.

A razão, a ciência, a civilidade e a universalização da branquitude são os marcos do século XVIII ancorados nas travessias transatlânticas do século XVI. As grandes plantations se instalam a partir deste processo, e sobre esse contexto, o conceito de raça<sup>3</sup> passa por alterações ao longo do tempo, impulsionadas pelas transformações nas relações sociais de produção das sociedades, assim como o território. A raça funda o Brasil como Brasil e acompanha sua trajetória. Os processos escravagistas sustentam o capitalismo tardio das periferias do mundo e fundamentam os pensamentos de desenvolvimento que construíram essas terras.

Os iluministas, calcados na ideia de progresso, consolidam uma visão fragmentada e hierarquizada entre os homens. Na tentativa de compreender a universalidade humana, embora presos à concepção de progresso, a naturalização entre os povos é assimilada pela filosofia do Iluminismo, pela qual homens brancos passariam a ocupar a ponta da sociedade – o topo do mundo – e, os negros, a base. Os brancos europeus são os mais desenvolvidos, livres; em contrapartida, os demais povos são guiados pelas necessidades naturais e não conhecem a liberdade; os povos estudados pelos filósofos das luzes se encontravam estagnados, não se desenvolveram, não viviam em sociedade, logo, eram inferiores. (GÓES, 2015, p. 24-25).<sup>4</sup>

A racialização dos povos do mundo pela perspectiva branco-europeia conduzirá uma história de exploração. Assim, a população escravizada que se tornariam na modernidade trabalhadores assalariados não absorvidos pelo novo mercado, compõem a classe pobre racializada do país. A racialização foi um processo necessário para que a dominação da natureza e a dominação de classes se efetivasse. Com isso, o café foi uma commodity que, assim como as outras, serviu para exploração de corpos negros, indígenas e não-brancos.

## 2. Arte e registro histórico da ecologia do café

A partir dos pressupostos raciais necessários para a compreensão da performance dos trabalhadores na ecologia do café, nos recordamos que a economia cafeeira ganhou força com a independência forjada do Brasil em 1822, passando a ser a base econômica do período. As oligarquias rurais aprofundam seu poder a partir da detenção de grandes porções

---

<sup>3</sup> “Segundo Sacarrão (1989), a palavra raça passa a ser utilizada a partir dos séculos XVI e XVIII, com o sentido de qualidade boa ou má das pessoas, dos animais, em expressão como ‘boa ou raça má’, ‘raça maldita’, ‘raça dos príncipes’ e dos ‘reis’, ‘nobre raça’ ou ‘raça de David’, etc.” (GÓES, 2015, p. 21).

<sup>4</sup> “Em outras palavras, classificaram e hierarquizaram os povos colocando-os entre ‘desenvolvidos’ e ‘subdesenvolvidos’; ‘civilizados’ e ‘selvagens’; povos que detêm cultura ‘superior’ e ‘inferior’. O pensamento iluminista, ao hierarquizar os povos, constrói um tipo de pensamento sobre os povos não europeus que, de modo geral, têm culturas exóticas, histórias diferenciadas e expressões culturais singulares. Ou seja, são concepções que contribuem para consolidar uma representação de outros povos, a partir da perspectiva da realidade dos europeus. Com o pensamento voltado para a Europa, os filósofos solidificam uma concepção específica de povo pela qual todos os homens estariam referenciados pelos brancos europeus”. (GÓES, 2015, p. 24-25).

de terra e da manutenção da escravidão. Desde a colônia à independência, a economia cafeeira corroborou para o aprofundamento do uso de mão de obra escravizada, ainda que o país tenha assinado tratados que decretavam o fim da escravidão (1815, 1826 e 1831).

O Brasil ainda colônia estava sujeito ao tratado assinado por Portugal e Inglaterra, em 1815, que supostamente abolia o tráfico de africanos escravizados. Depois, em 1826, o Império do Brasil (já independente) assinou um tratado com a Inglaterra também supostamente abolindo o tráfico de africanos escravizados. Em 1831, foi aprovada a lei que criminalizava todos os envolvidos com o tráfico de africanos escravizados e libertava todos os africanos sequestrados e trazidos ao país nesta condição. Porém, até 1850 (quando da promulgação da Lei Eusébio de Queirós), o tráfico clandestino de africanos escravizados continuou intenso. Milhares de africanos foram sequestrados e trazidos ao Brasil de maneira ilegal, mesmo à luz do regime escravocrata do Império. (OXFAM BRASIL, 2021, p. 8).

A economia cafeeira influenciou a emergência do Brasil como uma potência agroexportadora indo contra o discurso liberal que se fortificava no decorrer do século XIX, gerando lucro tanto para as oligarquias rurais quanto para os traficantes de escravizados. Neste contexto, o sudeste brasileiro se transformou nos maiores produtores de café por conta da topografia favorável ao plantio do grão e pela crescente burguesia concentrada nestes estados. Posteriormente, fruto da concentração, a formação de uma burguesia nacional cafeeira indicaria os rumos do desenvolvimento nacional.

Retratar a história social do café e dos humanos racializados e explorados junto à planta, é olhar para a história brasileira e constatar que o marco do processo de fortalecimento da indústria cafeeira se dá a partir do trabalho forçado, compulsório e escravizado, tendo como foco o Vale do Paraíba que abrange os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que entre 1860 e 1880 atinge seu nível produtivo.

A partir da década de 1880, com a luta abolicionista alterando as relações sociais de produção para o trabalho assalariado, modificam também a produção de café no país, utilizando-se do trabalho assalariado imigrante (europeus), deixando à margem da sociedade os trabalhadores antes escravizados e, posteriormente, excluídos do novo mercado de trabalho.

Ao mesmo tempo em que a abolição dos escravos foi o golpe de misericórdia nas velhas fazendas do Vale do Paraíba, a proclamação da República foi o desdobramento desse processo de decadência, pois aqueles fazendeiros representavam uma das mais sólidas bases políticas da monarquia (Moraes, 1989). A próxima fase da expansão cafeeira ocorreu no Oeste Paulista. A produção que se desenvolveu no local deu-se de forma distinta: ao invés do trabalho escravo, utilizou-se o trabalhador livre (imigrantes); em vez dos barões, coronéis do Partido Republicano Paulista; e houve a implantação das estradas de ferro. Tal fase, base da República Velha, durou até o final da década de 20. (NAGAY, 1999, p. 18).

Tanto na agricultura em sua dimensão econômica, como na forma alimentar, o café desempenhou um papel fundamental no período escravista brasileiro. Cascudo (2004)

demonstra em seus registros históricos sobre a dimensão social da alimentação, como o café fora usado para aumentar o rendimento e produtividade da população escravizada. A performance dos trabalhadores escravizados sofria transformações com as bebidas que eram necessárias para o alto grau de exploração e imposição no trabalho escravo.

O café tornou-se popular muito lentamente. Tomavam como medicamento e mais pelo efeito da água quente. Debret registrou que “no interior, não há proprietário que não acrescente cada manhã, ao almoço de seus trabalhadores negros, uma infusão de café sem açúcar, como bebida tônica”. Quase todos, sorvido o café, pediam um gole de cachaça, para rebater. Ainda em 1808 Luccock dizia tomar-se o café no Rio de Janeiro como sedativo. Agora é estimulante. Era usual, pelo Nordeste, tomarem (escravos e populares) o café manjerioba (*Cassia alata* L.) que segue no crédito vulgar. Apenas em 1824 ou 1825 o café foi mandado incluir na refeição regimental dos soldados e marinheiros do império. (CASCUDO, 2004, p. 211).

Um registro histórico fundamental para dar corpo à discussão proposta no artigo, e que demonstra a forma que trabalhadores, o café e a burguesia nacional performaram nas paisagens, são as fotografias de Marc Ferrez (1843-1923). O fotógrafo tem suas imagens registradas nos anos de 1880 a 1885 e teve grande reconhecimento a partir de uma série de registros sobre as paisagens brasileiras e o sistema de trabalho, especialmente na agricultura cafeeira, responsável pelo ciclo econômico que projetou o Brasil à uma inserção ao mundo moderno no século XIX (MUAZE, 2017).



Figura 1. Marc Ferrez, *Escravidos em terreiro de fazenda de café do Vale do Paraíba*, 1882. Coleção Gilberto Ferrez, Acervo Instituto Moreira Salles.

Mariana Muaze (2017), historiadora do Brasil Imperial e das imagens produzidas na história brasileira, argumenta que as fotografias de Ferrez projetavam para fora um Brasil organizado, infraestruturado e abundante tanto do ponto de vista de uma vasta natureza a ser apropriada, quanto de uma força de trabalho escravizada passiva.

As montanhas dão profundidade e revelam as largas dimensões do espaço geográfico, as pessoas escravizadas dispostas de forma organizadas, algumas trabalhadoras à frente da imagem confundem se estão olhando para a fotografia, ou, continuando uma ação de trabalho, o detalhe de um capataz ou senhor que ordena, com a mão direita levantada, o ritmo da produção.

As fotografias não retratavam as marcas de violência da escravidão, mas sim, as pessoas escravizadas expostas em suas lidas de modo comportado e eficiente, compondo junto às plantations o seu pertencimento àquela paisagem de modo “orgânico”, como se ali fosse o lugar “natural” de ser e estar.

Duas realidades coexistem na produção de Ferrez no período 1880-1885: a realidade dos séculos de violência profunda expressas nas disposições corporais das pessoas negras escravizadas e a normalidade desse modo de produção econômica e humana que foi legitimado na escravidão. Aos olhos da burguesia nacional e confluyente com os seus interesses, estas fotografias registram o real, não falseiam este Brasil, pois assim precisava ser para que a riqueza fosse gerada. Mas, se mudamos a perspectiva de análise e consideramos a experiência escravocrata e suas consequências nos corpos e subjetividades, constatamos um modo produtivo nada pacífico e extremamente violento.

Na imagem que segue, um trabalho de se atentar aos detalhes nas fotografias de Ferrez (1880-1885) é realizado através da curadoria de Lilia Schwarcz, Maria Helena Machado e Sergio Burgi na exposição *Emancipação, inclusão e exclusão – Desafios do passado e do presente – Fotografias do acervo do Instituto Moreira Salles* (2014).

As fotografias mostravam uma performance coletiva dos trabalhadores escravizados que por conta da distância, as fisionomias e detalhes eram imperceptíveis. Quando o trabalho de ampliação é feito sob essas imagens, percebemos que as feições, olhares e disposições do corpo retratam a ausência de humanidade partilhada: crianças junto às suas mães no campo de trabalho e coexistindo nesses espaços, feições cansadas, idosos em trabalhos fisicamente exaustivos, rosto que não se viram a fotografia, por incômodo ou obediência ao senhor que ordena a continuidade do trabalho (SEBASTIÃO, 2014).

A ampliação devolve a humanidade àquele corpo disposto ao trabalho porque podemos o perceber e simbolizá-lo. Esse processo individualiza sujeitos que, na imensidão da fotografia e entre tantos outros trabalhadores, são considerados ferramentas de trabalho. Uma disputa narrativa se dá nos detalhes dessa produção artística de Ferrez. Dentro de sua fotografia estão expressas sua intenção de projetar sob ela a ideia de uma nação próspera e com bases



econômicas potentes, enquanto os gestos e a performance que o plantio do café exige dos corpos dos trabalhadores denuncia o trabalho forçado e insalubre do escravismo. A estética se mostra como um campo de disputa. Hoje, a partir das tecnologias desenvolvidas para ser possível o trabalho de ampliação, é possível disputar contra as concepções conservadoras sobre a nossa história enquanto povo ao materializar sobre os registros da história oficial colonizadora, a nossa versão.

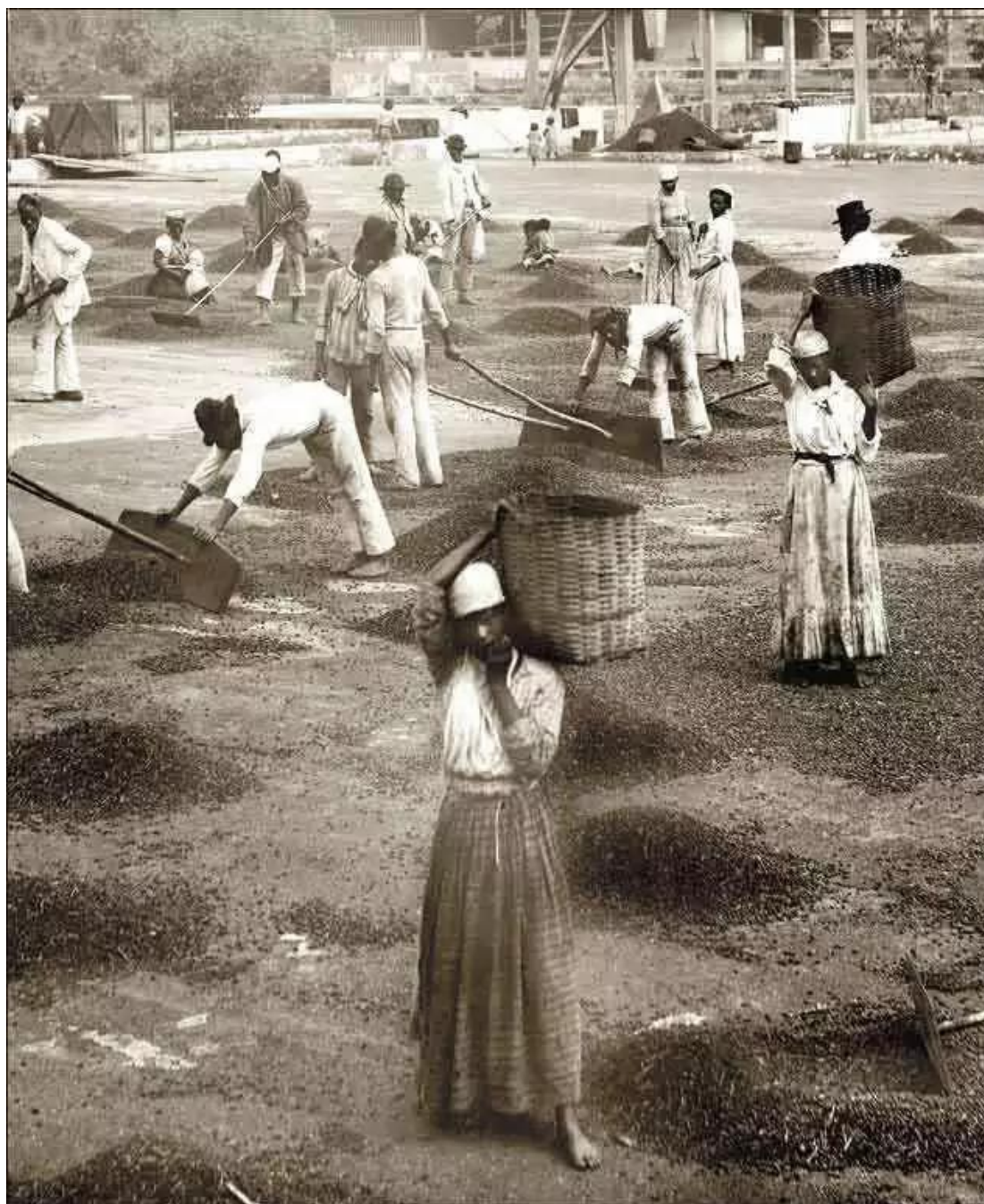


Figura 2. Marc Ferrez, *Escravidos em terreiro de fazenda de café do Vale do Paraíba*, 1882. Ampliação de detalhe retirado da matéria de Walter Sebastião. Coleção Gilberto Ferrez, Acervo Instituto Moreira Salles.



Ferrez (1880-1885) escolhe não apresentar em suas obras as insurgências anti-escravistas ou os processos de tortura, pois, as imagens produzidas tinham ainda a finalidade de projetar o Brasil na economia internacional que, por conta do liberalismo, analisava a escravidão como um atraso aos lucros do novo trabalho assalariado. Podemos começar a pensar a partir da produção de Ferrez (1880-1885) na economia cafeeira, na arte e na figura dos artistas como fundamentais para que as complexidades de determinados momentos históricos sejam registradas a partir de poéticas e sensibilidades.

Era necessário projetar a imagem de uma nação forte, uma nação que era a maior exportadora de café do mundo e mostrar a eficiência de seu modo produtivo capaz de integrar as potências econômicas da modernidade. Ao mesmo tempo, as imagens não explicitam as contradições sociais da época em que o escravismo era constantemente tensionado pelos movimentos abolicionistas, pelos liberais nos parlamentos, através da pressão internacional antiescravista e pelas ações diretas através de rebeliões e fugas dos escravizados, que na imagem de Ferrez são apaziguados e subservientes (MUAZE, 2017).

A autora Mariana Muaze (2017) indaga os interesses por trás das produções de imagens de um sistema escravista “coeso” do ponto de vista fotográfico de Ferrez (1880-1885), em um momento social e econômico que anunciava o fim de tal sistema. O que a classe senhorial do país queria provar com os registros escravistas? O que almejavam garantir? Uma das funções era a veiculação de tais imagens em “exposições universais” (MUAZE, 2017, p.40), onde tinham projeção internacional e visavam apresentar a infraestrutura de produção do café para expandir seus negócios. Contudo, esses registros escondiam o uso intensivo de mão de obra escrava nas fazendas de café que não vivia as mesmas condições dos trabalhadores livres e imigrantes que eram empregados no sistema produtivo emergente.

Este uso intensivo da mão de obra escravizada se dava pelo sistema de *gang system*, em que os escravizados iam ao trabalho em pequenos grupos acompanhados de um capataz responsável por manter o ritmo de trabalho diário até atingir as metas extenuantes de produtividade (MUAZE, 2017, p. 50). O apagamento nas fotografias dos símbolos que remetessem às violências coloniais vividas pelos escravizados se dava pela escolha de Ferrez de não ter na composição de sua foto itens utilizados comumente nos processos de tortura, como: “gargalhetes, chicotes, troncos, vira-mundos, máscaras, ferros”. Assim como as “cicatrizes, queimaduras, membros avariados, marcas de ferro quente e problemas de saúde” não eram capturados pelas lentes do fotógrafo, contudo, os registros das marcas da violência dos senhores eram comuns nos anúncios de jornais e inventários da época. Assim, foi cristalizada a ideia de uma escravidão sem agressões, estupros, abusos de violência, e fabricaram um “mundo fora do mundo”, distante da realidade vivenciada pelos escravizados em todo período colonial (MUAZE, 2017, p. 50).

As imagens que cristalizam uma escravidão de violência apaziguada quis garantir a capacidade do Brasil continuar pertencente às potências do mundo moderno com uma economia agroexportadora de gêneros primários, posição importante e interessante para as potências europeias (MUAZE, 2017), como também cristalizar a estrutura e hierarquia social que não sofreu alterações até a contemporaneidade, posto que os descendentes das pessoas escravizadas são a população pobre e violentada do Brasil de 2022.



Figura 3. Marc Ferrez, *Escravidados na colheita do café*, 1882, Rio de Janeiro. Coleção Gilberto Ferrez, Acervo Instituto Moreira Salles.

Outro aspecto fundamental de compreensão das performances dos trabalhadores no ciclo do café é a partir da perspectiva dos trabalhadores livres. Lamounier (2007) nos apresenta uma análise sobre este período com o foco na forma de empregabilidade dos trabalhadores brasileiros livres nos vários ofícios em torno do café. Em sua análise, a autora

busca desconstruir a afirmação que a mão de obra imigrante fora valorizada, pois os trabalhadores brasileiros livres eram indolentes e preguiçosos, e, portanto, não eram trabalhadores que asseguravam a estabilidade necessária para os cafezais e seus proprietários, ramo da economia que exigia trabalho contínuo e estável devido a quantidade de afazeres.

Lamounier (2007) expressa um contraponto a estes argumentos afirmando que a agricultura cafeeira não produzia por si só trabalho suficiente para abarcar a mão de obra existente e, muito menos, garantir a estabilidade e rentabilidade destes trabalhadores, ocasionando, inclusive, mobilidade geográfica, pois, a agricultura não produzia emprego para o ano inteiro.

A autora relata, portanto, que a principal causa para a instabilidade no emprego e mobilidade geográfica era a sazonalidade de curto prazo no trabalho rural de uma economia que era predominantemente de trabalho escravo. A culpa recaída sobre o caráter “ocioso” da população livre reforçava o uso do trabalho escravo, imigrante e a criação e fortalecimento das legislações de repressão (LAMOUNIER, 2007, p. 355), criando argumentos que tensionaram os discursos de liberdade que emergiram no período abolicionista.

Lamounier (2007) narra que a partir de 1950 os fluxos migratórios intensificam-se para as regiões interioranas do estado de São Paulo. Grande parte desses trabalhadores livres eram migrantes dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e de províncias do Nordeste que fugiam da seca em busca de trabalho<sup>5</sup>. As performances dos trabalhadores do café e migrantes consistiam no ato de colher, derrubar matas, formar cafezais, em transportar a planta na forma de grão e de pó, em conservar e garantir a manutenção das estradas e também faziam parte da construção civil e nas diversas atividades urbanas (LAMOUNIER, 2007, p. 359). Assim, os senhores de escravos que eram os donos das terras, assim como, posteriormente, os coronéis da República Velha, expressam a contínua exploração dos corpos racializados como negros e pobres da colonização à república, do trabalho escravizado ao trabalho assalariado em formas distintas, mas muito próximas de aprisionamento.

---

<sup>5</sup> Examinando a região de Campinas, Denise Moura observa que desde meados de 1850 a presença do migrante foi delineando aos poucos os traços sociais e cotidianos da cidade. Segundo a autora, a intensificação do fluxo migratório para essa região só ocorreu a partir de meados da década de 1870. Entre 1854-1874, Campinas recebeu em torno de 9.000 pessoas, “número superior ao número de imigrantes”. O progresso ocorrido com a expansão cafeeira e a multiplicação das atividades urbanas e rurais atraíram famílias e indivíduos de municípios das regiões do Rio de Janeiro e Minas Gerais. (MOURA, 1996, p. 116). José de Souza Martins (1990, p. 71) também observa que vieram centenas de baianos para São Paulo com a obrigação de plantar café na fazenda Guatapará. Manuscritos do Arquivo do Estado revelam numerosas listas de retirantes nordestinos que vinham para São Paulo fugindo da seca e em busca de melhores oportunidades de trabalho. Listas de dezenas de famílias de retirantes cearenses foram remetidas ao Agente de Colonização em 1878 solicitando passagens e seu encaminhamento a diversos pontos da Província de São Paulo, incluindo Capivari, Amparo, Tatuí, São Bernardo, Cordeiro e Campinas, dentre outros. (LAMOUNIER, 2007, p. 359)

### 3. O passado deflagra a crise

Este panorama dos trabalhadores em sua grande maioria escravizados conjura os modos de esgotamentos desta forma violenta de mundo produzida pelos barões, senhores, corte, coronéis e toda classe que detém o poder nos períodos colonialistas e capitalistas. Donna Haraway (2016) alerta que o Antropoceno, a era geológica da qual fazemos parte, se diferencia das demais por não ser uma época de passagem, o Antropoceno é um “evento-limite” em que o meio-ambiente se encontra no colapso contínuo de degradação irreversível.

Neste evento-limite, o Capitaloceno é um conceito que explica a crise humano-vegetal dando ênfase ao papel do avanço tecnicista industrializador, a extração sem precedentes das riquezas minerais, as monoculturas, a escravidão, os genocídios e etnocídios, o agronegócio e os latifúndios no contexto brasileiro, como potencializadores das destruições ecológicas e relações multiespécies. Haraway (2016) defende que “Capitaloceno” é um conceito importante para o abandono da consciência humano-ocidental, capaz de dar conta da história e das destruições sociais capitalistas de forma integrada, enquanto o Antropoceno foca-se na ação de espécie humana sobre a natureza, ainda humano-centrada. É o sistema capitalista o formulador da era ao qual chamamos Capitaloceno, onde mora a consciência não-vegetal.

Haraway afirma o Capitaloceno como o momento em que nos encontramos sem refúgios pois estes se esgotaram a níveis ecológicos, culturais e subjetivos. “Neste momento, a terra está cheia de refugiados, humanos e não humanos, e sem refúgios” (HARAWAY, 2016), pontua. Haraway propõe arranjos multiespécies frente às ruínas capitalocênicas. Através do ato de fazer parentes interespécies como forma de resistência e recriação ao caos humano-ecológico hegemônico. Engendrar-se com outros seres construindo parentalidades que permitam o exercício de algum vínculo anti-hegemônico possível com a vida.

Coccia (2020) e Haraway (2016) nos ajudam a compreender a força destrutiva que construiu o ocidente e a consciência multiespecífica necessária para reconstruir nossas consciências a partir das ruínas. A subjugação das sementes do café e dos corpos de pessoas exploradas como trabalhadoras demonstra as consequências que conceituam o que a autora chamou de Capitaloceno. A semente do café e sua história social no Brasil demonstra que o rompimento com as parentalidades multiespecíficas é sistematicamente produzido pela colonialidade e perpetuado. Sua perpetuação pode ser exemplificada através do recente relatório da OXFAM Brasil, *Mancha de café*,<sup>6</sup> sobre a situação dos trabalhadores rurais na produção de café em Minas Gerais e a responsabilidade social corporativa dos supermercados que veiculam os produtos do café, divulgado em julho de 2021.

---

<sup>6</sup> Acesso disponível em: <https://www.oxfam.org.br/>.

O relatório de 2021 é resultado de três relatórios divulgados em 2016 por uma ONG dinamarquesa chamada Danwatch, que “denunciou casos de trabalho infantil e escravidão contemporânea em cafezais que abastecem complexas redes globais de comércio – ligadas, por exemplo, às gigantes processadoras de café suíça Nestlé e holandesa Douwe Egberts” (OXFAM BRASIL, 2021, p. 5). Pouco tempo depois, um relatório produzido pela Catholic Relief Services (CRS) e da ONG Repórter Brasil detalhou as situações de trabalho que caracterizavam “a escravidão flagrada por fiscais federais no setor – trabalho forçado, jornadas exaustivas, servidão por dívidas e condições laborais” (OXFAM BRASIL, 2021, p. 5), o produto deste trabalho tem fim na exportação para grandes corporações europeias.

Portanto, ao olhar a atual situação dos trabalhadores rurais no Brasil (e os trabalhadores rurais do café em Minas Gerais) é importante considerar as raízes da situação atual. Não é coincidência que o trabalho rural contemporâneo conviva com uma pobreza sistêmica e violações de direitos humanos, e que a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sejam pessoas negras. (OXFAM BRASIL, 2021, p. 9)

O relatório da OXFAM Brasil (2021) denuncia a perpetuação da exploração de pequenas famílias de agricultores no Brasil. Retrata, a partir da explanação dos processos de exploração com o trabalho informal de pequenos agricultores: “explorados por grandes produtores, trabalhadores assalariados na informalidade, falta de equipamentos de proteção individual (EPIs), infrações trabalhistas (dedução irregular de salários), falta de moradia adequada, falta de transporte adequado e denúncias de trabalho análogo ao escravo” (OXFAM BRASIL, 2021, p. 5) materializam essa realidade neoliberal.

A vida sem refúgio, a atenção ao corpo dos trabalhadores, os dados que comprovam a exploração contemporânea, permitem que materializem-se, também, formas de elaborar o mundo e as críticas ao Capitaloceno. Para dar vazão as possibilidades de insurgência a partir da exploração humana e natural, seguimos com as performances artísticas capazes de elaborar a história aqui retratada. O passado deflagra a crise enquanto as performances artísticas a desvelam.

#### **4. Elaboração histórica e social nas performances artísticas**

A artista e filósofa Grada Kilomba em seu livro “Memórias da Plantação” (2019) retrata o trauma que o racismo e o colonialismo provocaram e perpetuaram nas pessoas racializadas. O trauma é descrito pela autora como um evento intenso e violento que fora cometido continuamente contra a população escravizada na colonização a partir de sua negação como sujeitas. O processo de colonização institui uma cisão de sujeitos e não sujeitos para justificar a exploração. A cisão entre o eu e o outro na constituição da branquitude, relegou às pessoas exploradas o papel do Outro que contém a dimensão ruim dos aspectos reprimidos da

branquitude, enquanto o sujeito da branquitude é o referencial dos aspectos dignos e civilizados da humanidade.

A autora vai descrever este processo de criação do outro, da “outridade”, como um processo psicanalítico em que o sujeito da branquitude tem seu ego dividido em relação ao mundo externo: tudo que é bom é entendido como “eu” e o que é ruim é relegado ao “outro”. Esta análise evidencia o estado de irracionalidade que o racismo se dedicou a tornar “racional”, produzindo violências físicas e psíquicas a partir da profunda desumanização do corpo das pessoas racializadas como negras. O colonialismo é, portanto, o processo social e histórico de continuação do racismo traumático, memorizado, genderizado e não reparado.

Na instalação intitulada *Table of Goods* (*Tabela de Mercadorias*), obra de 2017 da artista e pesquisadora Grada Kilomba, alguns alimentos historicamente explorados junto aos corpos de trabalhadores escravizados e livres são trazidos à cena, sendo eles: o açúcar, o café e o cacau. Essa obra demonstra uma exploração integrada, entre corpos humanos, plantas, grãos e natureza que sustentaram o avanço do sistema capitalista e o aprofundamento do trauma das pessoas negras:

[...] na instalação *Table of Goods*, de 2017, [...] a artista exhibe uma instalação composta de um monte de terra, posicionado no centro da sala, que emerge do chão com pequenas porções de mercadorias coloniais como açúcar, café, cacau e chocolate. A obra traz, como eixo principal, a história Transatlântica da Escravatura e do pós-colonialismo, lembrando séculos de mortes de trabalhadores africanos escravizados em plantações para produzir os bens e os prazeres (*the goods*) das elites. Neste contexto, Kilomba se utiliza do termo “indizível” como metáfora do trauma causado pelo colonialismo que, tal como uma doença, nunca foi devidamente tratado na sociedade. (PINACOTECA, 2019).



Figura 4. Grada Kilomba, *The Table of Goods*, 2017. Instalação com terra, grãos variados e velas em um ambiente branco. Fonte: Catálogo Art Basel, 2018, disponível em <https://www.artbasel.com/catalog/artwork/70287/Grada-Kilomba-Table-of-Goods>.



Grada Kilomba ao se referir ao racismo e ao colonialismo que sustentam o sistema capitalista, diz que devido o trauma racial e ao poder hegemônico expresso na linguagem e na cultura, não temos registros simbólicos possibilitados em nosso contexto cultural para expressar os efeitos dos traumas produzidos pelo sistema racial. Assim, frente ao narcisismo branco (o “Eu” detentor de símbolos bons) e a negação do Outro como sujeito, “a capacidade de encontrar equivalentes simbólicos para representar e descarregar tal realidade violenta torna-se bastante difícil” (KILOMBA, 2019, p. 214).

“Só quando transformamos as reconfigurações de poder – que significa quem pode falar e quem pode fazer perguntas e quais perguntas – então reconfiguramos o conhecimento. Na arte também produzimos conhecimento, ao criar trabalhos que gerem perguntas que não estavam lá antes. [...] Para mim, um dos papéis importantes da criação de um trabalho de arte é dismantelar essas configurações de poder ao recontar histórias que pensávamos conhecer. Dar e criar outro sentido de quem somos. Nós somos muitos”, resume Kilomba. (PINACOTECA, 2019).

Na arte há a possibilidade de criar tensionamentos ao poder hegemônico que não emergiram antes, ou, sintetizar insurgências utópicas ou em processo de acontecimentos. Assim, a arte pode servir como modo fundamental de construir símbolos, gestos e cenas que sejam capazes de elaborar os traumas que as pessoas racializadas e empobrecidas no sistema capitalista vivem. Em *Tabela de Mercadorias* (2017), Kilomba constrói uma aliança crítica junto aos grãos para denunciar um sistema de exploração que se estrutura sob corpos empobrecidos e natureza violentada. Produz um símbolo capaz de significar o trauma colonial.

Kilomba (2019) diz sobre o caráter cronológico e atemporal do racismo cotidiano, uma das faces da estrutura capitalista racializada. O racismo experienciado hoje não se manifesta sob as mesmas formas que os períodos das plantations, mas perpetua uma realidade traumática racial. Assim, a perpetuação do racismo através de novas formas de expressão que acompanham os ciclos econômicos capitalistas, reafirma a importância de lembrar o passado para entender o presente, construindo um diálogo contínuo entre ambos, passado e presente (KILOMBA, 2019, p. 29), pois o racismo é intrínseco à dinâmica histórica, política e social da sociedade brasileira.

É através da necessidade de exploração da força de trabalho do Outro que o racismo se desenvolve como estrutura social, é também nas conjunturas de trabalho que o trauma racial que Kilomba (2019) elabora é aprofundado. Em *Como erguer baronatos*, obra de 2018 da artista Priscila Rezende, cruces são feitas em um espaço amplo com grãos de café para retratar o enriquecimento do império português com a economia cafeeira sob a exploração de corpos racializados como negros no Brasil. A performance também evidencia a comercialização do grão como *commodity*, tendo o café sido conhecido como “ouro negro”.

A performance *Como erguer baronatos* faz parte de uma série de performances que investigam o enriquecimento de impérios a partir da produção e comercialização de

commodities utilizando mão de obra negra escravizada em períodos coloniais. No trabalho citado, o café, também chamado uma vez de “ouro negro”, é utilizado para rememorar as condições em que se deu o cultivo deste produto no Brasil, que não só alavancou o desenvolvimento da economia brasileira durante o século XIX e início do século XX, como concedeu à muitos ascensão nobiliárquica, lucros, heranças e consequências refletidas até a atualidade. No trabalho a artista desenha no solo diversas cruzes utilizando café em grão. Após o desenho, as cruzes são recolhidas com uma pá. (REZENDE, 2018).

A artista, uma mulher racializada como negra no Brasil, ao construir as cruzes no chão, vela estes corpos, os dão um lugar na memória social deste povo. Nesta performance, Rezende (2018) toma para si a legitimidade de retratar a história do ponto dos corpos mortos pelo sistema escravocrata, histórias essas que compõem o contexto social sob o qual o racismo contra a negritude é violento, no qual a artista também é forjada. Os baronatos foram erguidos sob corpos que viraram cruzes e sobre a planta que virou mercadoria para supervalorização do capital. A importância dessa performatividade conflui com a produção de símbolos capazes de potencializar a ação no mundo dos povos oprimidos.



Figura 6. Priscila Rezende, *Como erguer baronatos*, 2018. Uma artista desenha cruzes no chão com grãos de café. Artista em cena: Priscila Rezende. Foto: Ricardo Miyada.

A enunciação de artistas negros para que as produções artísticas possam construir referências sobre si como sujeitos, ao invés de produzir a si mesmo espelhando o Outro

branco ocidental, ganha uma grande representatividade a partir de Ismael Ivo, consagrado na dança e coreografia brasileira. Para que o sujeito racializado como negro possa tomar para si e lutar por narrativas outras que não a da morte por genocídio, em *I had too much coffee*, obra de 2002 do artista Ismael Ivo, este performa, em um cenário branco junto a centenas de xícaras de café, onde confunde-se junto as cores que o café colore na cena. Em uma dança forte, o dançarino mancha as paredes, toma a bebida, deita-se sobre as xícaras e performa um corpo tomado pelo grão que tem peso e efeitos sociais complexos. A questão racial é sutilmente evidenciada pela dança manchada pelo café, que vai escorrendo de várias xícaras brancas.



Figura 7. *Frame do vídeo I had too much coffee*, 2002, direção de Ralf Schmerberg. Um homem performa em cima de xícaras de café em um fundo branco. Artista em cena: Ismael Ivo. Acessível em: <http://ralfschmerberg.de/video/ismael-ivo/>.

Em outra representação artística realizada por um artista brasileiro chamado Mulambö (2018), a arte preta é apropriada por instituições que necessitam hoje garantir a representatividade, mas escancaram os limites dessa representação. A representação é insuficiente para as garantias cidadãs da população negra que compõem a classe pobre do país. Não basta se ver representado por instituições que consomem as pautas progressistas para valorização de sua imagem e seus produtos, mas, sim, buscar formas de tensionar quem



detêm o poder e a estrutura de exploração do povo, posto que, representação não nos garantem mudanças estruturais efetivas. A classe pobre permanece na base do sistema através de serviços precários e não regulamentos no mundo do trabalho, enquanto a desigualdade social brasileira aumenta (dados os índices de fome, inflação, subemprego e desemprego da população).

Num país montado em cima das costas e do sangue preto e indígena, nunca deixamos de ser produto. Eles vendem as nossas pautas igual vendiam café: a base do nosso trabalho, que era o único preto que eles gostavam. (MULAMBÖ, 2020).



Figura 8. Mulambö, *Arte preta tipo exportação*, 2018. Rosto preto desenhado em um saco de café, com uma planta de café desenhada em vermelho com a palavra "PRODUZIR" em destaque vermelho. Fonte: revista *Desvio*, 2018.

Estes exemplos de obras artísticas demonstram a capacidade de realizar símbolos e indagações sobre o presente rememorando uma planta que faz parte do cotidiano e colocando-a no papel de estranhamento, para assim, produzir reflexões que aprofundam nossos saberes sobre as condições sociais e raciais dos descendentes da história de escravização e da condição de apropriação da natureza como mercadoria. Kilomba nos introduz a dimensão subjetiva do trauma colonial, Rezende nos remete imagetivamente às mortes que propiciam o enriquecimento das elites e Molambö a uma reflexão atual sobre apropriação da representação preta pelas grandes corporações. Contribuições necessárias para uma arte crítica e politicamente intencionada.

## 5. Conclusão

O que chamam de “natureza” é cada vez mais um estado em contínua transformação, e para isso novos modos de apreensão desses estados mutáveis e múltiplos precisam ser construídos a partir de saberes interdisciplinares. A arte contribui para esse campo em disputa, construindo também uma aproximação com imaginários, como formas de fabulação a partir da crítica que estabelece em relação à realidade, questionando ou propondo possibilidades de ação e transformação das formas de existência. Nesse sentido, a arte tem o papel de testemunhar e construir os sentidos da vida no presente.

A arte é entendida, ao mesmo tempo, como um modo e um espaço de reflexão sobre as condições e as necessidades coletivas, mesmo quando não se propõe a isso de maneira específica. Por ser uma manifestação complexa (semiótica, material, biótica), ela agencia redes de materialidades e sociabilidades, e constrói maneiras singulares de narrar, posicionar-se, recortar e constituir a realidade. E como vimos em diversos exemplos citados neste artigo, produzem narrativas potentes de construção e desconstrução do nosso imaginário em relação ao processo de ruína que vivemos no capitalismo (GUZZO; TADDEI, 2019).

A ecologia do café apresenta em sua relação pessoa-planta questões importantes para não polarizar conceitos de natureza e cultura, e sim entender que natureza/cultura se fazem, se constroem e destroem e performam continuamente (HARAWAY, 2004). Há também a importância de sabermos a partir de uma perspectiva do multinaturalismo, que apresenta perspectivas não humanas para entender processos sociais e históricos que usualmente trazem um ponto de vista demasiado humanista (VIVEIROS DE CASTRO, 2002).

Pensar a partir e com as plantas e suas possibilidades de performar o mundo é incluir modos coletivos de agência e rede, ampliando atores em nosso campo de construção de conhecimentos (LATOURETTE, 2004). A história do café como vimos na primeira parte deste estudo nos remonta um momento histórico na sociedade brasileira que definiu os rumos do mundo do trabalho posteriormente. Pelas fotografias de Ferrez (MUAZE, 2017) analisamos

uma imagem de nação coesa, organizada, com uma violência apaziguada inexistente à realidade de trabalho extenuante e torturas que compunham o cotidiano das pessoas escravizadas.

Em uma necessidade da classe senhorial de produzir uma narrativa saudosa sobre um sistema em decadência, esta imagem veio para produzir um presente cujo os efeitos da escravidão são apagados historicamente. Já com Lamounier (2007), nos aproximamos dos discursos elitistas sobre os trabalhadores livres e brasileiros serem preguiçosos e indolentes, uma falácia que não convergia com a realidade da economia no contexto do século XIX, que não produzia trabalho suficiente para empregar o contingente de pessoas em busca de trabalho “livre” nas fazendas de café e nos ramos da agricultura. Ao mesmo tempo, o grão do café servia como um estimulante, para aumentar o ritmo das cidades, das construções, das aspirações modernas de um mundo conectado, global e progressista. Graças ao café, seu aroma, seu processo de plantio e seu “enraizamento” numa cultura que estimula um corpo ativo, desperto e forte.

A visão dos trabalhadores escravizados e brasileiros livres a partir das classes dominantes expressa o que Kilomba (2019) vai retratar em seu livro *Memórias da Plantação*, 2019, sobre o “Outro” personificado pela branquitude, no caso do Brasil, cafeeira, que aprofundou processos de exploração dos corpos negros e trabalhadores em uma economia que expandia em detrimento de uma classe de recém-libertos que ficaram a margem do sistema de trabalho.

A escravidão é a ferida aberta do Brasil, é a nossa ferida exposta. O café é a planta que junto aos homens e mulheres explorados, nos permite conhecer a história e garantir a manutenção da nossa raiva justificada. De acordo com as narrativas forjadas pelos senhores de escravos no Império e pelos coronéis na República Velha, as produções imagéticas sobre a nação eram mentirosas, e hoje, através das artes aqui exemplificadas, podemos afirmar a necessidade de reconstruir a memória histórica sobre a perspectiva dos povos explorados do mundo.

Neste artigo também podemos perceber, tanto pela perspectiva histórica (que nesse caso também é artística com as fotos de Ferrez), quanto pela artística, que a exploração colonial, além de sustentar as estruturas do macro sistema econômico capitalista, também é orientada pelo iluminismo europeu que reconstrói a razão como orientação, mas que servem como justificativa ao avanço da escravidão. O que a virada-vegetal na antropologia contemporânea vem propor é uma filosofia referenciada na metafísica botânica de integração, contra uma razão ocidental destrutiva. Esta filosofia é presente e produzida na consciência latino-americana por povos originários e povos explorados que buscavam modos de interiorizar o mundo rompendo com a civilidade e consciência capitalista.



A prática artística com e a partir das plantas, como pudemos ver nos exemplos ao longo do texto com as variadas formas de apresentação do café, age como ativadora de um modo de existir que estranha e se aproxima das plantas, dos territórios, das multiespécies para criar alianças humanas e não humanas que performam e narram o mundo. Sendo assim, buscam esquivar-se das representações conservadoras que restringem os corpos (humano e vegetal) no exercício de sua existência, sendo assim, uma prática de contestação, à medida que se opõe a um modo de existência pré-estabelecido e dispõe a ativar “outros” (GUZZO; ALVES, 2021).

Este artigo é um convite para olhar as plantas e o território ao redor, ousar historicizar o nosso lugar no mundo e a performar com ele, pois, precisamos contar mais histórias, mas, estas precisam ser de quem não triunfou nas narrativas ocidentais. E perceber como a forma de poder econômico, político e social, impacta no nosso imaginário moderno-colonial e traz um complexo aparato linguístico/discursivo que coloca o colonizador como superior ao colonizado, e cujos “desdobramentos no campo da cultura e da formação das identidades mundo afora são devastadores” (SALES, 2021, p. 3).

Não devemos deixar a história ser contada por humanos que triunfaram com a dominação do campo, da terra, dos grãos, da gente. Os humanos que controlam o poder reduziram suas existências às simplificações monoculturais capitalistas. Nós não podemos perpetuar essa performance de subordinação das nossas capacidades de insurgência junto às espécies que compartilham conosco o mundo e a história. Contra-assumimos, então, contar sobre o mundo junto com os cereais, grãos e plantas por sobrevivência, sentido e destino. Por revolta e dor. Por todas as espécies amigas, companheiras e as que desejamos nos tornar amigas e acompanhar. Por interesse profundo pela vida humana e não-humana. Por necessidade.

## Referências

- CASCUDO, Luís da Câmara. (1898-1986). *História da alimentação no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Global. 2004.
- COCCIA, Emanuelle. *A virada vegetal*. São Paulo: N1 Edições, 2018.
- GÓES, Weber Lopes. *Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl*. 2015. Tese de doutoramento. Universidade Paulista do Estado de São Paulo – UNESP. Marília – SP, Brasil.
- GUZZO, M. S. L.; ALVES, K. R. *Dança menor: políticas para criar o corpo e o comum. Arte da Cena (Art on Stage)*, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 376-397, 2021. DOI: 10.5216/ac.v7i1.65652. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/artce/article/view/65652>. Acesso em: 30 mar. 2022.
- GUZZO, M.; TADDEI, R. Experiência estética e antropoceno. Políticas do comum para os fins de mundo. *Desigualdade & Diversidade*, n. 17, p. 72-88, 2019. <https://doi.org/10.17771/PUCRio.DDCIS.46021> . Acesso em: 30 de mar. de 2022.
- HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. Tradução: Susana Dias, Mara Verônica, Ana Godoy. *ClimaCom*, Campinas, v. 3, n. 5, 2016. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes/>.

- HARAWAY, Donna. *When Species Meet*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.
- KILOMBA, Grada. *Memória da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano*. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia. Agricultura e Mercado de Trabalho: Trabalhadores Brasileiros Livres nas Fazendas de Café e na Construção de Ferrovias em São Paulo, 1850-1890. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 353-372, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/35908>.
- MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. Violência apaziguada: escravidão e cultivo do café nas fotografias de Marc Ferrez (1882-1885). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, n. 74, jan./abr. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n74-02>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/96ypCVNpCWQDv59Vtqqjdyw/?lang=pt>.
- MULAMBO. Entrevista Mulambö. Entrevistadora: Clarisse Gonçalves. *Desvio*, 10 jan. 2020. Disponível em: <https://revistadesvio.com/2020/01/10/entrevista-mulambo/>. Acesso em: 19 fev. 2022.
- NAGAY, Julio Hidemitsu Corrêa. Café no Brasil: dois séculos de história. *Formação Econômica*, Campinas, v. 3, n.1, p. 17-23, 1999. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/882/formacao3-2.pdf>.
- OXFAM BRASIL. *Mancha de café: a situação dos trabalhadores rurais na produção de café em Minas Gerais e a responsabilidade social corporativa dos supermercados*. Informe [Relatório] da Oxfam Brasil. São Paulo: Oxfam Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-rural-e-desenvolvimento/por-tras-do-preco/mancha-de-cafe/>.
- PINACOTECA. *Grada Kilomba: Desobediências Poéticas*. [Website.] São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://pinacoteca.org.br/programacao/exposicoes/grada-kilomba-desobediencias-poeticas/>. Acesso em: 10 de fev. de 2022.
- REZENDE, Priscila. *Como erguer baronatos [2018]*. [Website.] Registro de performance. Disponível em: <http://priscilarezendeart.com/projects/como-erguer-baronatos-2018/>. Acesso em: 19 fev. 2022.
- SALES, Michelle. Nossos Fantasmas Estão Vindo Cobrar: Giro Decolonial na Arte Contemporânea Brasileira. *Vista: revista de cultura visual*, [S. l.], n. 8, p. 1-14, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21814/vista.3641>. Disponível em: <https://revistavista.pt/index.php/vista/article/view/3641>. Acesso em: 30 mar. 2022.
- SEBASTIÃO, Walter. Exposição aberta em Ouro Preto destaca a escravidão a partir do indivíduo. *Uai*, 7 jul. 2014. Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2014/07/07/noticia-e-mais,157040/exposicao-aberta-em-ouro-preto-destaca-a-escravidao-a-partir-do-indivi.shtml>. Acesso em: 04 de set. de 2022.